



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TURMAS RECURSAIS

INFORMATIVO TR-PE Nº 07-2017

1ª Turma

Presidente e 3ª Relatoria: **Juiz Federal Paulo Roberto Parca de Pinho**

1ª Relatoria: **Juiz Federal José Baptista de Almeida Filho Neto**

2ª Relatoria: **Juiz Federal Flávio Roberto Ferreira de Lima**

Suplente: **Juíza Federal Liz Corrêa de Azevedo**

2ª Turma

Presidente e 3ª Relatoria: **Juíza Federal Kylce Anne Pereira Collier de Mendonça**

1ª Relatoria: **Juiz Federal Jorge André de Carvalho Mendonça**

2ª Relatoria: **Juiz Federal Frederico Augusto Leopoldino Koehler**

Suplente: **Juíza Federal Danielli Farias Rabêlo Leitão Rodrigues**

3ª Turma

Presidente e 2ª Relatoria: **Juiz Federal Joaquim Lustosa Filho**

1ª Relatoria: **Juíza Federal Polyana Falcão Brito**

3ª Relatoria: **Juiz Federal Claudio Kitner**

Suplente: **Juiz Federal Isaac Batista de Carvalho Neto**

1ª TURMA RECURSAL

[0501499-66.2015.4.05.8307](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL/POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL. AGROINDÚSTRIA. PRESUNÇÃO ATÉ A LEI N. 9.032/95. POEIRA MINERAL (SÍLICA). EXPOSIÇÃO INTERMITENTE. PPP APRESENTADO NOS AUTOS QUE DIVERGE DO APRESENTADO NA VIA ADMINISTRATIVA. LTCAT QUE COMPROVA A EXPOSIÇÃO DO AUTOR AO AGENTE NOCIVO RUÍDO. PREVALÊNCIA DO LAUDO. RECURSO DO AUTOR PROVIDO. RECURSO DO INSS, EM PARTE, PROVIDO.

[0504311-32.2016.4.05.8312](#)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. TEMPO DE CARÊNCIA INSUFICIENTE. RECURSO DO INSS PROVIDO.

[0502043-07.2017.4.05.8300](#)

CONSTITUCIONAL, TRIBUTÁRIO E ADMINISTRATIVO. GACEN. INCORPORAÇÃO À INATIVIDADE. PARIDADE. PERCENTUAL JÁ PAGO ADMINISTRATIVAMENTE. DIREITO A MAJORAÇÃO DE ACORDO COM OS SERVIDORES DA ATIVA. DESCABIMENTO. PRECEDENTE DA TRU. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. INCIDÊNCIA

SOBRE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE COMBATE E CONTROLE DE ENDEMIAS (GACEN). INSTITUIDOR DA PENSÃO COM DIREITO À PARIDADE. CONTRIBUIÇÃO NÃO FACULTATIVA SOBRE A GACEN. LIMITE DE 50% DO VALOR DA GRATIFICAÇÃO. PENSIONISTA QUE JÁ RECEBE 50% DA GRATIFICAÇÃO. RECURSO DA PARTE AUTORA IMPROVIDO E RECURSO DA FUNASA PROVIDO.

0502453-84.2016.4.05.8305

RESPONSABILIDADE CIVIL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTINUIDADE DOS DESCONTOS NO CONTRACHEQUE DA RECORRENTE. DEVOLUÇÃO DE TODOS VALORES ATÉ O DEVIDO ENCERRAMENTO. MONTANTE A SER APURADO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CABIMENTO. RECURSO DA AUTORA, EM PARTE, PROVIDO.

0509436-11.2016.4.05.8302

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. ART. 201, INCISO V, CF. ART. 16 C/C ART.74 DA LEI Nº 8.213/91. FILHO MAIOR INVÁLIDA. INVALIDEZ POSTERIOR À MAIORIDADE E ANTERIOR AO ÓBITO DO GENITOR. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA RELATIVA. PRECEDENTE DA TNU. PEDILEF 50008716820124047212. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA. SENTENÇA ANULADA. RECURSO PREJUDICADO.

2ª TURMA RECURSAL

0500054-33.2017.4.05.8310

ADMINISTRATIVO. CIVIL. ECT. ENCOMENDA ENTREGUE COM ATRASO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. RECURSO INOMINADO PARCIALMENTE PROVIDO.

0502982-22.2015.4.05.8311

ADMINISTRATIVO. SEGURO-DESEMPREGO. APLICAÇÃO DA LEI VIGENTE À ÉPOCA DA DEMISSÃO. MP Nº. 665/2014. RECURSO INOMINADO DA UNIÃO PROVIDO.